

# **Ensino Público: gratuito, em termos – custos indiretos do ensino médio para os alunos das escolas públicas do Distrito Federal**

**Ailton Ferreira Cavalcante**

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), analista sênior no Banco do Brasil, professor da Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal (Aeudf) e coordenador do curso de Administração das Faculdades Gerenciais de Brasília.

Em Aberto, Brasília, v. 19, n. 75, p. 113-122, jul. 2002.

## **Introdução e justificativa**

Muito se fala sobre o livre acesso à educação pública e gratuita fazendo, inclusive, nas nossas leis maiores. O discurso é o da educação enquanto construção da cidadania, da qualificação da condição de existência dos homens. Tem-se como verdade que o homem só é plenamente homem se for cidadão.

Ocorre que apenas a oferta de vagas pode não significar democratização educacional, uma vez que existem diversos custos indiretos. De fato, a gratuidade da escola pública, paga pelo conjunto da população na forma de impostos, refere-se apenas à manutenção e ao funcionamento das redes. Por outro lado, a permanência dos estudantes durante o período escolar implicará despesas como transporte, alimentação, vestuário, aquisição de material escolar, dentre outras, custeadas por suas famílias ou pelo próprio aluno, podendo se constituir como verdadeiros obstáculos à continuidade dos estudos.

A situação agrava-se ainda mais ao considerar-se que no Brasil existem cerca de mais de 42 milhões de famílias vivendo com pouco mais de dois salários mínimos. E mais ainda, quando se verifica que a escolarização se tornou uma necessidade, uma questão de sobrevivência, de empregabilidade. Constata-se que a demanda para o ingresso em novos níveis educacionais tornou-se constante, não por aspiração pessoal, mas, sim, pela manutenção do emprego, fato que provoca uma busca pelo ensino médio por trabalhadores. Para Lahóz (2000, p. 174) existe uma “Nova Economia”, nascida com as tecnologias da informação, onde simplesmente não se admite o convívio sem ter, no mínimo, os cursos fundamental e médio completos.

Levando em consideração tais aspectos, este foi o desafio do presente trabalho: estimar os custos indiretos do ensino médio para os alunos das escolas públicas do Distrito Federal, com suas implicações para a democratização do ensino médio.

Para tanto, utilizaram-se os critérios de “precificação” oriundos da contabilidade, da Matemática Financeira, da Estatística, da Economia e da Administração Financeira.

## Custos gerais e educacionais

Recursos financeiros, custos e escassez encontram-se presentes na gestão educacional. Embora tenha características especiais por ser um processo envolvendo pessoas humanas, a educação é uma atividade que possui implicações econômicas. Como não se faz educação sem dinheiro, esta é passível de estudos de custo, em que se pode medir o valor do fluxo de todos os serviços dos fatores necessários para o fornecimento de uma unidade de educação, quer seja analisada a série, a turma, o turno ou mesmo um ano letivo.

Segundo Marques (1995), o custo está presente no nosso dia-a-dia, sem que muitas vezes nos apercebamos disto. A noção de custo, nas sociedades capitalistas dos grandes centros urbanos, é quase tão natural quanto olhar para os lados antes de atravessar a rua. Apesar de não haver uniformidade, interessam a esta pesquisa três conceitos: 1) o de custos diretos, que ocorrem dentro da escola, envolvendo professores, equipamentos escolares, instalações, etc.; 2) o de custos indiretos, que ocorrem fora da escola, como transporte, alimentação dos alunos, livros didáticos, material escolar, uniformes e roupas, etc., em geral a cargo das famílias e do próprio alunado; 3) o de custo de oportunidade, ou seja, a renda sacrificada pelo aluno para poder estudar.

Apesar de as orientações filosóficas valorizarem a gratuidade da escola, nos termos do não pagamento da mensalidade, não se pode esquecer que freqüentá-la implica arcar com os dois últimos tipos de custos. Conquanto poucos trabalhos abordem os custos indiretos, eles não são desprezíveis. Assim, em 1968, segundo estudo realizado sobre o ensino primário público na Guanabara (Ávila e Cunha, apud Cunha, 1975, p. 146), 55% dos custos diretos eram cobertos pelo Estado e o restante, sob a forma de material escolar, uniformes, etc., cabia à família. Essa proporção de 45% era tão elevada que superava o valor do salário mínimo à época. Por sua vez, Bray (1996, p. 9-56), em estudo sobre os custos totais do ensino primário em nove países do Leste da Ásia verificou que é elevada a porcentagem de custos de

responsabilidade das famílias, chegando a sua contribuição, em mais de um caso, a ser superior à do Estado.

Desse modo, os custos indiretos e os de oportunidade têm importantes implicações como freios ou aceleradores da democratização educacional, dependendo do seu valor e de como e por quem são financiados. No caso deste trabalho, serão focalizados apenas os custos indiretos.

## Democratização do ensino

O Brasil, diferentemente dos seus vizinhos Argentina, Uruguai e Chile, que conseguiram oferecer o ensino fundamental para toda a sua população na segunda década do século 20, caminha a passos lentos na escolarização, embora se registrem grandes avanços. No entanto, em poucas décadas, o País conseguiu alcançar o nível de expansão que os países hoje industrializados levaram, em outro contexto, cerca de um século para atingir. O ensino fundamental de oito séries ainda não é exatamente universal e apresenta problemas muito graves de correção de fluxo. O desrepesamento do mesmo, porém, tem contribuído para a expansão do ensino médio, aliado a mudanças econômicas e sociais ligadas à abertura da economia do País e às mudanças da sua inserção no contexto internacional. Além disso, há uma “onda de adolescentes” em trânsito pelas séries escolares, uma espécie de bolha que foi superior em cerca de um milhão de pessoas, ao se comparar as gerações de 1980 e 1990. Apesar de todos esses fatores, menos de 30% da população na faixa etária entre 15 e 17 anos encontravam-se matriculada em 1995, o que coloca o Brasil bem abaixo de países mais desenvolvidos, como França, onde mais de 80% da população nesta faixa etária freqüentam escola de nível secundário. Esta posição também é desfavorável, quando se compara a taxa de graduação de ensino médio em relação à população de 17 anos, idade teórica de conclusão, com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou mesmo da América Latina, como Chile e Argentina.

Pode-se concluir que a falta de vagas no ensino médio público e a segmentação por qualidade nos setores público e privado tornarão a extensão desse ensino a um número maior e muito mais diversificado de alunos o grande desafio dos governantes. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 14/96 é de fundamental importância para a universalização do ensino fundamental. Mas só esta expansão não basta, também é preciso qualidade e eficiência, senão estaremos apenas colocando mais água no feijão e cavando novas desigualdades. Daí, a prioridade do estudo dos custos indiretos, isto é, aqueles que recaem sobre os alunos e suas famílias, uma das barreiras à efetiva democratização do ensino no Brasil.

## Metodologia

A pesquisa foi realizada com base, sucessivamente, em abordagens qualitativa e quantitativa, como parte de um projeto mais amplo sobre o ensino médio, desenvolvido pelo Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília. Na primeira etapa do projeto foi realizada uma ampla análise de dados agregados, sobretudo dos censos escolares e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujos resultados foram sintetizados por Gomes (2000). Com base nessa etapa, passou-se a uma pesquisa de campo junto a alunos do ensino médio da rede pública do Distrito Federal e a algumas escolas, focalizando os custos diretos do ensino médio e suas possíveis alterações com a reforma (Silva, 2000), a utilização do tempo e do espaço nos estabelecimentos (Castro, 2000) e, ainda, analisando mais a fundo um dos itens dos custos indiretos, isto é, a questão do livro didático (Venturelli, 2000).

Iniciando pela metodologia qualitativa, foi utilizada a técnica dos grupos focais, um importante instrumento na definição de problema e de suas necessidades de informação, auxiliar na formulação de hipóteses e definições de variáveis.

Com efeito, Krueger (1998, p. 127-140) afirma que os grupos focais produzem uma infinidade de dados, direcionadores da pesquisa quantitativa e essenciais à análise do objeto de estudo pelo investigador.

A primeira parte se desenvolveu em um estabelecimento público só de ensino médio da cidade-satélite de Taguatinga, no Distrito Federal (DF), que contava, em 1999, com 2.058 alunos regularmente matriculados no ensino médio. Apesar de localizar-se em áreas de estratos médios, grande parte do alunado vinha de áreas socialmente desfavorecidas. A amostra foi de 160 alunos, selecionados de acordo com as características do grupo (idade, sexo, escolaridade, reprovação, renda, trabalho e turno de estudo).

Foram realizados cinco encontros nos turnos matutino, vespertino e noturno. Cada grupo era composto de um moderador, 12 alunos e seis pesquisadores, que assistiam às sessões e faziam diversas anotações em outra sala, utilizando, inclusive, um monitor de televisão.

Para aprofundar os temas previstos no projeto de pesquisa a partir dos grupos focais, foi realizado um levantamento por amostragem aleatória estratificada (AAEs) junto aos alunos do ensino médio distrital. A população foi organizada em quatro estratos representativos da população global, tendo como referência a pesquisa realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Plano Central (Codeplan) em 1997, enfocando o rendimento familiar no Distrito Federal, visto a importância do salário na determinação do custo indireto, foco deste trabalho. Assim, analogamente àquela pesquisa, foram estabelecidos como estratos Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. No planejamento amostral, adotou-se a AAEs sem reposição com um nível de confiança (1-a) de 95% e um erro amostral B em torno de 5% do valor do custo indireto esperado. A partir deste planejamento obteve-se, da população de 125.884 alunos, o tamanho da amostra de 400 alunos a serem pesquisados e selecionados aleatoriamente (cem alunos em cada estrato).

## Resultados

### Grupos focais

A escola pesquisada, embora situada numa área residencial de estratos médios de renda, segundo os relatos, não tinha como maioria os alunos que viviam na área. Enquanto muitos deles eram atendidos pelas escolas particulares, adolescentes e jovens de outras cidades do DF e até do Estado de Goiás buscavam a escola pública, visando obter educação de melhor qualidade. Desse modo, as falas destacavam os elevados custos com a compra de todos os livros didáticos recomendados, com o transporte e outros itens. Além das dificuldades de natureza extra-escolar, os alunos se referiam a outras, de natureza intra-escolar, como a falta de compromisso de alguns professores e da própria instituição escolar. Isto se expressou, segundo os alunos, no desinteresse pelo ato de ensinar, traduzido na desmotivação diária, no desrespeito ao aluno com cancelamento de aulas sem o prévio aviso, uma vez que o dinheiro, que fazia muita falta ao aluno, já havia sido gasto com o deslocamento à instituição de ensino, nos conteúdos ministrados sem o padrão mínimo de qualidade e nos muitos horários vagos. Isto se verificou em alguns comentários típicos dos alunos:

- Gastamos dinheiro com passagens, não tem aula e ninguém nos avisa.
- Quem quer estudar para o PAS [Plano de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília], entrar para a Universidade não tem chance. O conteúdo não é dado.
- Muitas vezes pensam em fazer o PAS e desistem por causa das notas e do desinteresse dos professores. À noite o ensino é pior, eles não têm a atenção que os alunos da manhã têm.

Por outro lado, muitos alunos consideraram alguns professores verdadeiros heróis. Estes, diante da dificuldade de compra dos livros pelos alunos, procuravam viabilizar a aprendizagem de

forma alternativa: trabalhavam o dia-a-dia do aluno, elaboravam apostilas e tentavam motivá-los constantemente.

Muitos alunos observaram que o governo poderia ter um programa de distribuição do livro didático, um dos principais elementos dos custos do ensino médio, a exemplo do que ocorre no ensino fundamental.

### O levantamento

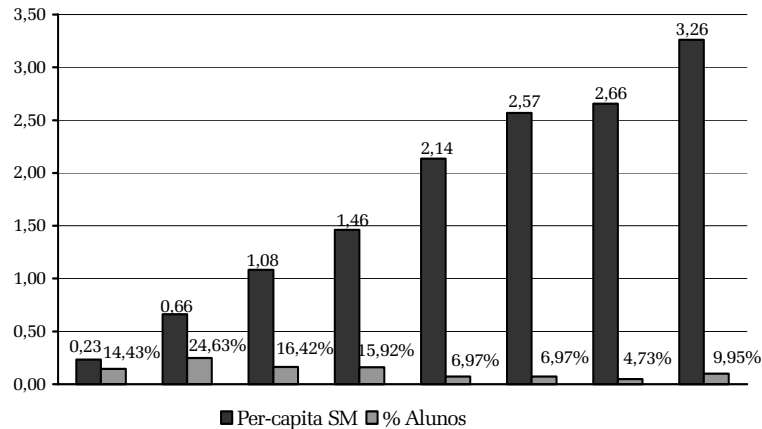
No período pesquisado, a renda bruta média mensal *per capita* das famílias dos alunos matriculados no Distrito Federal foi de R\$ 210,46, o que correspondeu a 1,39 salário mínimo (SM) vigente à época, com valor de R\$ 151. É de se ressaltar que, em termos da população total do DF, dados da pesquisa realizada pela Codeplan indicavam que a renda média mensal bruta era de 15 SM, superior em 979,14% para as famílias em questão. Com isso, fica evidente que esses alunos da rede pública tinham um nível de renda muito inferior à média.

Cabe observar que a conceituação de *família* adotada pela pesquisa identificava como tal um ou vários indivíduos residindo numa unidade habitacional tendo, cada núcleo, sua própria fonte de renda e respectivo orçamento familiar, análoga ao conceito adotado pela Codeplan.

Comparando-se as informações obtidas com a Pesquisa de Informações Socioeconômicas das Famílias do Distrito Federal (Pisef/DF), realizada no período de março a maio de 1997, com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico atualizado da população urbana do Distrito Federal, verificou-se a consistência das informações. Por exemplo, os dados da Codeplan indicaram que o tamanho médio das famílias do Distrito Federal era de 4,15 membros, o percentual de renda de até dois salários mínimos em 13,91%, sendo a renda bruta *per capita* de 0,28 salários mínimos.

A pesquisa atual indicou o tamanho médio das famílias dos alunos matriculados nas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal, um segmento específico, em 4,53 membros, o percentual de renda de até 2 SM em 14,43% com renda bruta *per*

*capita* de 0,23 salários mínimos. Esses resultados indicam que os alunos com menores faixas de renda familiar encontravam-se matriculados nas escolas públicas. O lado positivo é que se verificou o acolhimento por parte da escola pública de estratos antes afastados desse nível de escolaridade, o que sugere a democracia no acesso.



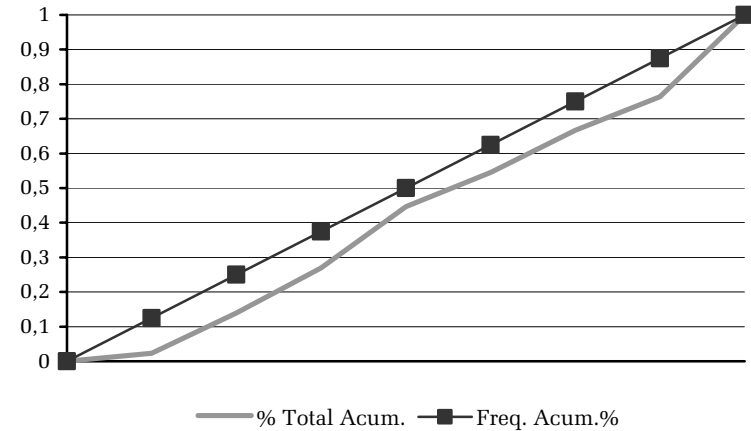
**Gráfico 1 – Ensino médio público: renda *per capita* em salários mínimos – base: R\$ 151**

A análise do Gráfico 1 demonstra que a renda *per capita* nos pontos extremos situou-se entre R\$ 34,73 e R\$ 492,26, valores que representaram 14,43% e 9,95%, respectivamente, do total recebido pelas famílias dos alunos matriculados na escola pública do DF. Para a população como um todo, a pesquisa da Codeplan apontou 13,91% na faixa de menor renda.

### A curva de Lorenz

A curva de Lorenz é freqüentemente utilizada para medir a concentração ou desigualdade de uma distribuição, principalmente

a distribuição da renda em uma população. A partir dos dados da distribuição de renda observada, isto é, das freqüências acumuladas de rendimentos e de unidades familiares, foi possível a construção da chamada curva de Lorenz, o que nos permitiu visualizar, graficamente, o comportamento das rendas auferidas pelo *status* socioeconômico, indicando o Índice de Gini, de 0,21, o que demonstrou que a renda dessas famílias tinha comportamento homogêneo, ou seja, era homogênea na relativa pobreza.



**Gráfico 2 – Ensino médio público: curva de Lorenz – Renda das famílias dos alunos das escolas públicas do ensino médio no DF**

Pode-se concluir que, se há décadas se falava no dualismo da escola para os “nossos filhos” e na escola para os “filhos dos outros”, como o ensino acadêmico e profissionalizante, hoje a última em grande parte se concentra na escola pública, pelo menos no que se refere à presente amostra, o que, de qualquer modo, representa ampla conquista do ensino público no campo da democratização.

## Custos indiretos

Embora no decorrer da pesquisa tenha sido construído um amplo banco de dados, este projeto teve por objetivo geral o cálculo do custo indireto no ensino médio para os alunos matriculados na escola pública do Distrito Federal. A partir dos dados, apurou-se o “custo mínimo padrão”, considerando que, para um patamar desejável de qualidade, seriam necessários alguns custos para os alunos, embora o ensino seja “gratuito”, do ponto de vista do corpo discente, em termos de pagamento da anuidade escolar.

O custo mínimo padrão foi obtido pela seguinte fórmula:

DI = Gastos inicialmente realizados pelos alunos ou suas famílias. Compreendem a média de gastos com lanches (R\$ 3,09), transporte (R\$ 3,17), vestuário (R\$ 87,40), materiais escolares (R\$ 29,50) e livros (R\$ 434,40). Totalizaram R\$ 557,56 de despesas. Considerou-se DI como o gasto realizado no início do curso.

DF = Gastos que serão realizados no futuro.

VPL = Trata-se de uma técnica de análise financeira que considera o custo do dinheiro em uma data focal, após uma descapitalização a uma determinada taxa de juros que, nesta pesquisa, foi de 6% ao ano.

No modelo em questão são estimadas, além do desembolso inicial, 119 parcelas de R\$ 3,09 e R\$ 3,17 relativas aos gastos semanais com lanche e transporte; 35 parcelas mensais de R\$ 0,90, destinadas ao consumo de material escolar; cinco parcelas semestrais de R\$ 87,40 com vestuário; uma parcela de R\$ 77,80, a ser paga no início do segundo ano, relativa à aquisição de livros e; uma parcela de R\$ 83,50, a ser paga no início do terceiro ano, destinada à aquisição de livros. Esses gastos futuros foram descapitalizados à taxa de 6% ao ano, tendo como data focal o início do curso. Considerou-se, ainda, para efeito de cálculo, o ano letivo de 200 dias, o correspondente a 40 semanas de cinco dias cada.

Cabe ressaltar que a mesma metodologia de cálculo foi aplicada para a apuração dos gastos mensais, semestrais e anuais, considerando-se, evidentemente, o valor do dinheiro no tempo, dado uma taxa de juros. Dessa forma, obteve-se:

R\$ 557,56 (despesas imediatas) + R\$ 343,19 + R\$ 352,07 + R\$ 28,83 + R\$ 399,54 + R\$ 73,28 + R\$ 74,08 (desembolso futuro), o que totaliza o *montante atual de R\$ 1.828,55*.

O Quadro 1 compara: 1) o modelo linear, geralmente utilizado em estudos da espécie, em que pesem as lacunas existentes, por não considerar a atualização monetária do dinheiro, consistindo na simples multiplicação dos gastos diários pela quantidade de dias, sem levar em consideração o custo do dinheiro no tempo, como abordado anteriormente; 2) e o Método do Valor Presente Líquido (VPL), que já considera o custo do dinheiro ao trabalhar com prazo e taxa de juros.

**Quadro 1 – Custos indiretos: métodos Linear e VPL**

Espécie	Método Linear	Método VPL
Compreendem lanches (R\$ 3,09), transporte (R\$ 3,17), vestuários (R\$ 87,40), materiais escolares (R\$ 29,50) e livros (R\$ 434,40).	Totalizam R\$ 557,56 de despesas	Totalizam R\$ 557,56 de despesas
119 parcelas de R\$ 3,09 – despesas semanais com lanche	R\$ 367,71	R\$ 343,19
119 parcelas de R\$ 3,17 – despesas semanais com transporte	R\$ 377,23	R\$ 352,07
35 parcelas de R\$ 0,90 – despesas mensais com canetas	R\$ 31,50	R\$ 28,83
5 parcelas de R\$ 87,40 – despesas semestrais com vestuário	R\$ 437,00	R\$ 399,54
1 parcela de R\$ 77,80 – despesas com livros do 2º ano	R\$ 77,80	R\$ 73,28
1 parcela de R\$ 83,50 – despesas com livros do 3º ano	R\$ 83,50	R\$ 74,08
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.932,30</b>	<b>R\$ 1.828,55</b>

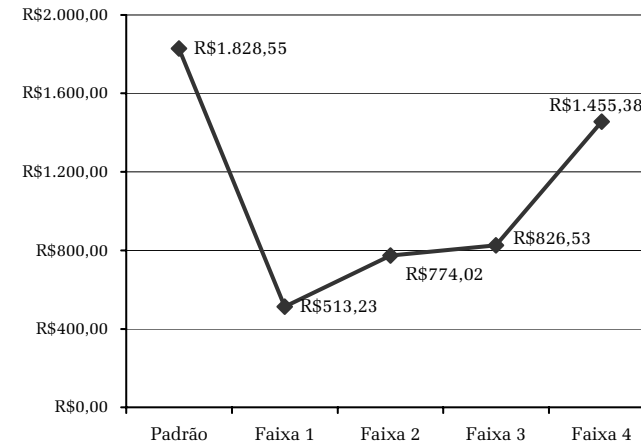
Considerando uma série uniforme de pagamentos e sendo adotada a taxa de juros da caderneta de poupança, além do desembolso inicial de R\$ 557,56, seriam necessários depósitos mensais fixos de R\$ 39,68, para fazer em face das despesas correntes do ensino médio nos três anos, segundo a metodologia do valor presente líquido.

Após a aplicação dessa metodologia, foi obtido o “custo mínimo padrão” de R\$ 1.828,55, assim chamado o desembolso total feito pelo aluno para cursar todo o ensino médio, com data focal no início do primeiro ano do curso. A distribuição porcentual dos valores foi de 31,8% para os livros, 26,6% para o vestuário, 19,4% para transporte, 18,9% para lanches e 3,2% para material escolar.

Verificou-se que despesas com livros, vestuário, transporte e alimentação, fundamentais para determinação do sucesso ou fracasso escolar, representaram 96,7% do total de despesas dos alunos, sendo que o livro didático foi o item com maior participação na composição dos custos.

No Gráfico 3 verifica-se que, em todas as faixas de renda, o mínimo de desembolso esperado pelo aluno não ocorreu, o que, indubitavelmente, pode comprometer a qualidade. A situação é ainda mais crítica na faixa de rendimentos até R\$ 604, onde apenas 28,0% do custo mínimo padrão foi efetivado. Mesmo na faixa de maior rendimento, ou seja, a de salários acima de R\$ 2.114, o gasto mínimo padrão não se efetivou na totalidade. Este ficou em 79,6% do total, o que significa que nesta faixa de renda foram gastos cerca de três vezes mais do que os gastos na faixa de menor rendimento.

Na Tabela 1 são comparados os custos indiretos no ensino médio, distribuídos entre livros, vestuário, transporte, lanche e material escolar, sendo feitos um resumo por faixa de rendimento.



**Gráfico 3 – Custos indiretos no ensino médio: por faixa de rendimentos**

**Tabela 1 – Custos indiretos no ensino médio por faixa de rendimentos: amostra**

Itens	Rendimentos									
	Padrão		Faixa 1 Até R\$ 604		Faixa 2 R\$ 604 a R\$ 1.208		Faixa 3 R\$ 1.208 a R\$ 2.114		Faixa 4 Acima de R\$ 2.114	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Livros	581,76	31,8	49,91	9,7	99,82	12,9	306,07	37,0	500,86	34,4
Vestuário	486,94	26,6	136,08	26,5	134,83	17,4	192,03	23,2	204,47	14,0
Transp.	355,24	19,4	0	0	176,04	22,7	0	0	352,07	24,2
Lanches	346,28	18,9	277,66	54,1	310,43	40,1	277,66	33,6	343,19	23,6
Mat. esc.	58,33	3,2	49,58	9,7	52,91	6,8	50,77	6,1	54,79	3,8
Total	1 828,55	100,0	513,23	100,0	774,02	100,0	826,53	100,0	1 455,38	100,0
<b>Média custos efetivos/custo padrão</b>			<b>28,1%</b>		<b>42,3%</b>		<b>45,2%</b>		<b>79,6%</b>	
<b>Porcentual de estudantes</b>			<b>39,0%</b>		<b>32,3%</b>		<b>18,7%</b>		<b>10,0%</b>	

Fonte: Pesquisa de campo.

Observa-se, na Tabela 1, que 39% dos alunos respondentes, concentrados na faixa 1, atingiram em média apenas 28,1% do custo padrão. O percentual dos custos efetivos sobre o custo padrão aumentou com a renda, conforme a expectativa. Ao todo, 90% dos alunos matriculados neste nível de ensino (faixas 1 a 3) tiveram custos, em média, inferiores a 46% do custo mínimo padrão. Além disso, é interessante observar que, no âmbito do mesmo projeto de pesquisa, Silva (2000) realizou estudo de caso sobre um estabelecimento de nível médio de grande porte, de Taguatinga (DF), estimando o seu custo direto de funcionamento, isto é, o custo da escola. O valor médio aluno/ano foi calculado em R\$ 1.169,27. Já a presente pesquisa apurou R\$ 1.828,55 de custos indiretos, a cargo dos alunos e suas famílias, para o período de três anos. Utilizando-se a metodologia do valor presente líquido, com taxa de juros da caderneta de poupança, foi calculado o custo anual indireto por aluno de R\$ 686,20. Apesar das diferenças metodológicas entre esta pesquisa e a de Silva (2000), o custo indireto representaria 58,68% do custo direto de funcionamento da escola, por aluno, o que pode indicar que uma eventual absorção dos custos indiretos pelos órgãos governamentais poderia ocasionar uma redução da oferta de vagas, dado o aumento substancial dos custos totais (diretos e indiretos).

## Conclusões

Em que pesem os avanços conseguidos quanto ao acesso ao ensino médio, a sua efetiva democratização é questionável, já que é oferecida uma escola pública igual para todos, onde parte dos alunos não tem nível de renda suficiente para arcar com os custos indiretos. Desse modo, acaba por ocorrer a distribuição desigual do conhecimento, uma vez que falta para uma parte considerável dos alunos até mesmo o livro didático, estudado mais pormenorizadamente por Venturelli (2000). Deve-se considerar, entretanto, que a nova proposta pedagógica

do Distrito Federal para o ensino médio, numa perspectiva construtivista, cria alternativa ao uso individual do livro didático pelo aluno. De qualquer modo, dificuldades de arcar com os custos educacionais acarretam uma sutil discriminação, conforme Samuelson (1975, p. 417): “Atualmente a discriminação não existe através da exclusão dos negros e das minorias das escolas ou dos empregos, mas por meios muito mais sutis de os desqualificar, devido à falta de educação e de formação adequadas, das melhores posições profissionais ou de gestores”.

Em relação aos custos educacionais indiretos, aqui analisados, os rendimentos dos alunos e suas famílias eram diferenciados, o que acaba impedindo o desembolso pelos alunos de faixas de renda mais modestas. Por exemplo, ao se comparar a menor e a maior faixa de rendimento, com frequência de 14,43% e de 9,95%, respectivamente, constata-se que, na menor faixa, o custo mínimo padrão representava 36,84% do salário médio percebido, sendo gastos apenas 7,93%, o correspondente a 21,52% do custo indireto mínimo esperado. Por sua vez, para as famílias na faixa mais alta de rendimento, era esperado um desembolso médio de 2,46% do salário, tendo ocorrido 1,95%, o que representou 79,60% do custo padrão mínimo.

Samuelson (1975, p. 419) afirma que essas desigualdades tendem a ser maiores em países de rendimento médio, em especial os latino-americanos, como o Peru, o Panamá, o Brasil ou a Venezuela, onde é bastante comum o quinto inferior da população receber apenas 2% do rendimento total, enquanto o décimo superior, no geral, se apropria de 40% ou até 50% do rendimento. O autor declara ainda que estudos recentes confirmaram que o desenvolvimento econômico aumenta por si mesmo a desigualdade do rendimento.

Então, o que pode ser feito para resolver o problema da desigualdade de renda, o que muitas vezes implica o comprometimento da qualidade? A democracia, viabilizada pelo acesso à educação, já é um grande avanço, porém não deve ser o único, cabendo efetivas ações dos governantes e dos educadores.

Trata-se, portanto, de uma discussão polêmica, sujeita a inúmeras controvérsias e sugestões e, evidentemente não se pretende



aqui chegar a conclusões generalizáveis, já que a busca de soluções é um dever de todos, principalmente em um país com graves problemas sociais.

Assim, sem se furtar à apresentação de sugestões, uma política possível seria um subsídio para o ensino médio, a partir da renda familiar. Exemplificando-se, considere-se que seja fixado 50% do salário mínimo como parâmetro de custo indireto mensal para o ensino médio, isto é, R\$ 75,50. Poderia ser estabelecido um teto máximo de comprometimento da renda familiar para gastos com educação, por exemplo, para facilitar os cálculos, em 3% dos rendimentos totais. Então, caberia ao governo complementar às famílias os gastos superiores ao teto fixado.

Os desembolsos com os custos indiretos superiores ao teto máximo seriam complementados pelo programa, mas não diretamente ao aluno, nem mesmo às suas famílias. Seriam administrados pela escola, por meio de um sistema de cooperativa, que se encarregaria da compra de livros, merenda escolar, transporte, vestuário, dentre outros, sob a fiscalização direta do conselho escolar. Os custos do programa sugerido foram simulados abaixo, considerando o universo de 100.803 alunos e a renda média encontrada na amostra.

Estima-se um investimento total mensal com o programa sugerido em R\$ 4.701.025, o que se acredita ser uma das formas de democratização ao acesso e à permanência com qualidade, ao contrário de uma ampliação que mais sugere o ato de colocar mais água no feijão, para distribuí-lo a um número maior de pessoas.

Sejam quais forem as soluções adotadas para reduzir as disparidades, a principal constatação é que o ensino público gratuito é necessário, mas não suficiente para o processo de democratização. Como a escola pública se abriu para as camadas populares, passou a abrigar alunos de baixa renda que, em parte ponderável, não conseguem arcar com os custos indiretos da escolarização. Cabe lembrar que não foram computados os custos de oportunidade, isto é, a renúncia dos alunos ao trabalho remu-

nerado para freqüentar o ensino médio. Com isso, oferece-se uma escolaridade desigual a alunos desiguais.

## Referências bibliográficas

- BRAY, Mark. *Counting the full cost: parental and community financing of education in East Asia*. Washington, D.C.: World Bank: Unicef, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- CASTRO, Plínio Eduardo Monteiro de. *Espaço e tempo: a utilização de recursos escassos pela escola pública e pelo aluno do ensino médio no Distrito Federal*. Brasília, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Católica de Brasília.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CEB nº 15/98*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio. Relatora: Guiomar Namó de Mello. Brasília, 1998. Disponível em < <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/PCB/PCB1598.doc> >. Acesso em 2001.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.
- GOMES, Candido Alberto. *O ensino médio no Brasil ou a história do patinho feio recontada*. Brasília: Universa, 2000.
- KRUEGER, Richard A. *Focus Groups: a practical guide for applied research*. 2. ed. Thousand Oaks (CA): Page, 1998.

- LAHÓZ, André. Lição de casa. *Negócios em Exame*, São Paulo, v. 34, n. 7, p. 172-180, abr. 2000
- MARQUES, Antônio Emílio Sendim. O custo/aluno: tornando fácil um tema difícil. *Universa*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 351-374, out. 1995.
- SAMUELSON, Paul Anthony. *Introdução à análise econômica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

- SILVA, Maria José Ramos da. *Custo direto de funcionamento do ensino médio público do Distrito Federal: um estudo de caso*. Brasília, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Católica de Brasília.
- VENTURELLI, Telma América. *Custos indiretos do ensino médio no Distrito Federal: a questão do livro didático*. Brasília, 2000. Brasília, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Católica de Brasília.